

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006664-93.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**  
 Embargante: **MARGARIDA RAQUEL GOMES CORTES**  
 Embargado: **BANCO DO BRASIL SA**

Justiça Gratuita

Vistos.

MARGARIDA RAQUEL GOMES CORTES, qualificado(s) na inicial, opôs Embargos À Execução que lhe move o BANCO DO BRASIL SA., arguindo a nulidade da penhora, que incidu sobre proventos previdenciários.

O embargado sustentou a legalidade da penhora, não sem antes afirmar a inadequação do instrumento utilizado pela devedora.

Houve réplica.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A rigor, não se trata de Embargos à Execução, como a embargante denominou sua peça, pois não se debela contra a execução em si, mas contra a penhora realizada. Trata-se, sim, de um incidente, de impugnação à penhora. Nada obstante, prejuízo não há ao conhecimento do incidente, com a ressalva da inexistência de ônus processual em desfavor do embargado.

Promoveu-se o bloqueio de ativo financeiro da executada, R\$ 1.578,63, atingindo sua conta bancária (fls. 13/14). A conta, porém, é abastecida com recursos correspondentes aos proventos previdenciários dela (fls. 15/16), os quais são impenhoráveis, a teor do artigo 649, inciso IV, do Código de Processo Civil, nada importando que esses recursos financeiros tenham sido transferidos ou estejam sendo automaticamente transferidos para aplicação na modalidade de poupança, pois aí também incide a impenhorabilidade limitada a quarenta salários mínimos.

Não se identifica, na conta, recursos de outra origem, que não os proventos previdenciários.

Diante do exposto, acolho o insurgimento e afasto a penhora, liberando em favor da executada os valores apreendidos.

Sem condenação em verbas processuais.

P.R.I.

São Carlos, 02 de setembro de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**